

FRONTEIRAS INTERNAS ATENIENSES NO PERÍODO CLÁSSICO.
(RE)DEFININDO CONCEITOS E PROPONDO INSTRUMENTAIS
TEÓRICOS DE ANÁLISE

André Leonardo Chevitaress*

Abstract

This paper begins with a definition of the polis, followed by an analysis of the concept of frontier and its application in the Athenian polis during the Classical period.

I. Ao refletir sobre o meu atual objeto de pesquisa,¹ eu me peguei pensando na mesma e velha questão que me acompanha há um bom tempo: trata-se do meu contínuo interesse por estudar aspectos pouco explorados nas pesquisas sobre antiguidade grega. Eu não duvido que este interesse revela um desafio sempre constante, já que ele me obriga a buscar nos poucos indícios documentais os dados necessários para sustentar as minhas hipóteses de trabalho. A falta de discussões historiográficas² tem me levado, porém, a um processo quase que solitário de reflexão, contando com um número muito restrito de pesquisadores no Brasil e no exterior para dialogar.

II. Não é de hoje que as duas palavras mais utilizadas na historiografia para traduzir o termo **pólis** – cidade e cidade-Estado – apresentam uma séria limitação para os pesquisadores interessados em pensar o espaço rural políade. Estes últimos são quase sempre obrigados a dar explicações preliminares – um tipo de **locus classicus** –, onde enfatizam que toda a **pólis** era dotada de uma **khóra**, mas que nem toda a **pólis** possuiria uma **ásty**.³ Eu

* Professor LHIA/DH/UFRJ e pesquisador do NEE/Unicamp.

mesmo já me vi diante dessa situação, sendo, então, forçado a fazer esse tipo de prolegômenos (Chevitate, 2001: 23-25). Não querendo mais ser obrigado a dar este tipo de explicação e percebendo a infinidade de problemas que são colocados pela aplicação daquelas duas palavras, sinto que está mais do que na hora de superá-las, já que elas impedem o pesquisador de ter uma melhor compreensão do que viria a ser uma **pólis**.

O desafio consiste em produzir um conceito válido, de modo que ele possa substituir – ou pelo menos servir como contraponto – aqueles dois que estão há muito tempo em voga na historiografia. A tarefa não está em encontrar palavras que possam simplesmente substituir outras palavras, mas em formular um conceito que seja mais amplo, capaz de trazer à luz toda uma extensa complexidade de relações sociais, políticas e econômicas, que ajude a superar de vez idéias centradas em princípios classistas, os quais definiram, por opções marcadamente ideológicas, o espaço urbano como o único lugar possível para o cidadão viver.

Aceitando o desafio e, ao mesmo tempo, lançando as bases para o início de um processo de discussão, eu definiria **pólis** como um espaço territorial marcado pela ação e tensão sociopolítica, cuja principal base econômica é a agricultura. Esta definição não invalida, nem subestima o fato de algumas **póles** terem uma atividade comercial bastante significativa, assentada em bens produzidos no espaço urbano. Mesmo nesses casos, porém, a agricultura continuou a desempenhar um papel econômico decisivo. Esse espaço territorial apresentaria posições marcadamente conservadoras, na medida em que as suas relações sociais estariam fundadas nos valores de honra e vergonha. Ele poderia ou não ser banhado pelo mar, disporia ou não de portos. As suas fronteiras externas seriam fluidas, colocando para o seu próprio habitante dificuldades sérias em precisá-las geograficamente. As margens situadas entre dois ou mais territórios, por causa dessa falta de precisão fronteira, seriam áreas de intensas disputas e conflitos. Esse espaço territorial, idealizado pelos seus habitantes como sendo uno, apresentaria, em termos palpáveis, inúmeras diferenciações espaciais que, em alguns contextos específicos, poderiam lhes escapar por completo ou poderiam se fazer representar pelo tom marcadamente agonístico que lhes movia. Esse último elemento revelaria múltiplos níveis de tensões sociais e políticas, que em alguns casos poderiam desembocar em **stásis**, motivados pelo fato (1) da maior parte da riqueza gerada ter sido acumulada de maneira desigual; (2) do uso dessa riqueza propiciar a con-

centração das melhores terras nas mãos das poucas famílias abastadas; e (3) do tempo destinado ao lazer produtivo (*skolé*) dos habitantes sofrer uma fortíssima diferenciação, criando um amplo espectro de possibilidades quanto as suas participações nas questões públicas. Esses diferentes níveis de tensões deixaram inúmeros vestígios documentais acerca das diferentes áreas desse espaço territorial. Eles podem ser reunidos em seis grandes linhas: (1) proximidade ou afastamento do centro; (2) ser rico ou pobre; (3) possuir ou não bens fundiários em terras férteis; (4) estar próximo ou longe das novidades trazidas pelo comércio exterior; (5) ter ou não necessidade de trabalhar manualmente; e (6) possuir ou não um refinamento intelectual. Na medida em que a agricultura desempenha um papel-chave nesse espaço territorial, uma parcela significativa dos seus habitantes, cujos pais seriam proprietários fundiários, apresentaria uma origem comum, isto é, eles seriam oriundos do meio rural, incluindo aí muitos moradores citadinos. Esses últimos apresentariam fortes interesses no espaço rural, já que eles podiam ou não ser proprietários rurais absenteeístas ou terem parte da sua parentela ali localizada. Convém enfatizar que seria o calendário agrícola o principal regulador das inúmeras atividades realizadas anualmente nesse espaço territorial, incluindo aí a própria guerra.

III. Com a vitória sobre os persas e a construção do império, a democracia passou a investir pesadamente em grandes obras públicas (por exemplo: o término das obras do porto do Pireu, a construção da "Grande Muralha" que abarca a *ásty* e o porto do Pireu e o Pártenon). Essa política de construção civil, quando acrescida dos recursos originários das minas de prata do Láurion e da elaboração de um programa ideológico comprometido com os valores citadinos, ajudou a associar o espaço urbano à idéia de (1) complexidade, (2) lugar privilegiado para o exercício da política, e (3) espaço exclusivo para o cidadão viver. A *ásty* ateniense, no período clássico,⁴ passa a adquirir, aos olhos das elites letradas, uma supremacia política, econômica, social e ideológica sobre a *khóra*.

Verifica-se, nesse momento, o início de um processo de elaboração de fronteiras mentais entre *kaloi k'agathoi* e camponeses. O emprego do termo mental está ligado, como observou Said,⁵ a objetos que parecem existir objetivamente, muito embora tenham apenas uma realidade ficcional. O referido autor (Said, 1990: 64) esmiúça o que ele entende por fronteiras através de um interessante exemplo. Convém citá-lo, na medida em que ele permitirá o estabelecimento de cinco importantes definições.

“Um grupo de pessoas em uns poucos hectares de terra estabelece fronteiras entre a sua terra e adjacências imediatas e o território além, que chama de “terra de bárbaros”. Em outras palavras, essa prática universal de designar na própria mente um espaço familiar que é “nosso” como “deles” é um modo de fazer distinções geográficas que pode ser inteiramente arbitrário. Uso a palavra arbitrário porque a geografia imaginativa do tipo “nossa terra – terra bárbara” não requer que os bárbaros reconheçam a distinção”.

Deve-se, de imediato, ajustar um aspecto presente na citação de Said e que não receberá o mesmo tratamento nesta palestra. Enquanto, para o referido autor, as distinções geográficas são mediadas pelas desigualdades étnicas centradas nas leituras que o Ocidente faz do Oriente (essas leituras estão no cerne das suas discussões), para mim, as diferenças produzidas no interior da **pólis** ateniense, durante o período clássico, foram motivadas por razões outras que não a étnica.⁶ Elas seriam o resultado direto das disparidades sociais, políticas e econômicas existentes entre a elite urbana e os camponeses.

Feito este ajuste, pode-se retornar então à citação acima, como forma de destacar cinco importantes definições de fronteiras utilizadas para pensar as diferenças produzidas entre aqueles dois grupos atenienses.

1º. As fronteiras, antes de existirem como convenções baseadas em marcos geográficos entre as partes envolvidas em disputas fronteiriças, ganham os seus primeiros contornos na mente de quem as estabelece.

2º. As fronteiras só são esboçadas porque se reconhece que tanto o território (entendido como espaços de ação e de habitação) quanto as prioridades esboçadas por um determinado grupo social são declarados diferentes de um outro conjunto social.

3º. As fronteiras internas atenienses articulam relações de poder, de dominação e de graus variados de uma complexa hegemonia.

4º. As fronteiras geográficas (mentais) acompanham de perto e de um modo previsível outros marcos geográficos centrados nas diferenças sociais, econômicas e culturais.

5º. As fronteiras geográfica e histórica (imaginativas) ajudam a mente a intensificar o sentido de si mesma mediante a dramatização da distância e da diferença, enfatizando o que lhe está próximo e o que lhe está distante.

Estas cinco definições serão utilizadas para pensar as diferenças entre **kaloi k'agathoi** e **ágroikoi** no interior de Atenas no período clássico. Elas passam a ser entendidas como fronteiras criadas por cada um destes dois grupos que, muito embora tenham escolhido habitar espaços geográficos diferentes, integravam o mesmo corpo cívico no interior de uma única **pólis**. Neste sentido, as cinco definições esboçadas não devem ser lidas como produtoras de compartimentos estanques, nem devem ser deslocadas do fator tempo. Elas são pensadas em relação ao espaço políade ateniense. Assim, elas buscam enfatizar um duplo significado: o de heterogeneidade e o de ambivalência. No primeiro caso, elas podem significar separação ou contato entre ambientes que venham a ser reconhecidos como diversos, produzidos por diferenças sociais, políticas e econômicas. No segundo caso, elas podem gerar contraste e tensão, ao mesmo tempo em que produzem relações e contatos (Rocchi, 1988: 13, 28-29, 30, 225-240).

Após definir os vários sentidos que estão sendo aplicados ao que tem sido chamado de "fronteiras mentais", é hora de propor as características básicas da Atenas clássica.

IV. A mudança de prioridade espacial que a **pólis** ateniense conheceu após as guerras médicas, priorizando o espaço urbano em detrimento do rural, não pode ofuscar a visão do pesquisador para os seguintes fatos: (1) Atenas era uma sociedade predominantemente rural; (2) o calendário que regulava a vida no seu interior estava centrado no ritmo das atividades agrícolas; (3) a terra era exclusiva do cidadão; e (4) o pequeno proprietário fundiário era cidadão com plenos direitos e deveres.⁷ Estas posições definem dois aspectos de naturezas distintas.

1º. De cunho histórico. Atribui-se à elite ateniense, que apesar de ter uma longa tradição, prestígio e interesse na **khóra** estava localizada no espaço urbano, uma participação destacada no gerenciamento da **pólis**, através do encaminhando de propostas políticas que lhe eram abertamente favoráveis. Essa atuação a colocava em um campo diametralmente oposto a de outros setores da cidadania ateniense, como os trabalhadores citadinos, os quais, em sua maioria, possuíam uma origem campesina, e os camponeses.⁸

2º. De ordem teórica: a **pólis** ateniense é aqui pensada a partir de um viés primitivista.⁹ Este campo apresenta dois importantes postulados teóricos. Eles explicitam as especificidades presentes nas sociedades pré-capitalistas, em geral, e na Atenas clássica, em particular, que não podem ser negli-

genciadas pelas excessivas generalizações históricas. Estes postulados podem ser agrupados em torno das seguintes questões:

a) a inexistência de uma palavra, no antigo grego, que viesse a designar o conceito de economia, tal qual essa ciência é concebida nos dias de hoje; e

b) a falta de uma economia de mercado em sociedades anteriores ao advento do capitalismo.

Analisar-se-á, em separado, cada uma das duas questões apresentadas.

1ª. Sobre a inexistência de uma palavra no vocabulário antigo grego que viesse a designar o conceito de economia, como foi concebido a partir da época moderna, nada mais oportuno do que começar pelo significado de οἰκονομία. De acordo com Wartelle, responsável pela tradução e comentários da obra Οἰκονομικός, do *corpus* aristotélico,¹⁰ para o francês, ela seria composta de dois elementos: οἶκος, cujo sentido vai além daqueles habitualmente atribuídos aos termos οἶκία ou δῶμα. A ênfase incidiria no conjunto total de bens de uma família e não somente na casa;¹¹ νέμω, verbo que pode ser traduzido por administrar, gerir, dirigir, regulamentar, organizar.¹² A palavra οἰκονομία expressaria a idéia de gerir, dirigir, administrar [...] o conjunto de bens possuídos privadamente por uma família. Ainda de acordo com o referido tradutor francês, essa palavra parece ter sido aplicada, pela primeira vez, no sentido definido acima, por Xenofonte, no seu tratado denominado Οἰκονομικός. O objetivo desse opúsculo era o de ser um guia prático para os grandes proprietários fundiários. Diferentemente do que se esperaria encontrar, a julgar pelos títulos propostos pelas traduções modernas, essa obra enfatiza enormemente pressupostos morais e éticos, em vez de econômicos.¹³ A falta de um vocábulo, como bem observou Finley, não quer dizer que os antigos gregos não trabalhassem a terra, não negociassem, não fabricassem objetos, não escavassem as minas, não decretassem impostos, não depositassem dinheiro e não fizessem empréstimos, não tivessem lucros ou não entrassem em falência.¹⁴ Essa ausência seria decorrência da integração do processo econômico em instituições extraeconômicas¹⁵ ou a não-combinação das atividades especificadas acima em um sistema diferenciado de sociedade.¹⁶ Consta-se, dessa forma, que o conceito moderno de economia, visto enquanto um sistema autônomo e subordinador dos demais sistemas e subsistemas constitutivos das sociedades contemporâneas, não existiria fora do âmbito do capitalismo. Em sociedades anteriores ao seu advento, a economia seria parte integrante e

interdependente dos demais sistemas e subsistemas, estando mesmo subordinada aos fatores políticos, sociais, culturais, jurídicos e ideológicos.¹⁷

2ª. Sobre a ausência de uma economia de mercado em sociedades pré-capitalistas, Polanyi a definiu como sendo uma estrutura institucional ou um sistema auto-regulável de mercados.¹⁸ O referido autor reconhecera tímidos começos ou uma instituição bastante instável de transações de mercado no mundo antigo grego,¹⁹ com destaque para a própria **ágora** ateniense que, na época de Aristóteles, teria sido um dos primeiros mercados a ser criado.²⁰ Com relação à **pólis** ateniense, em termos mais atuais, a historiografia tenderia a reconhecer a existência de mercados apenas na **ásty**, no Pireu e na região mineira do Souínion. A quase totalidade do território ático teria se caracterizado por uma ausência notável de evidências materiais que indicassem a presença de mercados locais.²¹ Os três mercados citados acima devem ser compreendidos num raio de ação local, não indo muito além dos seus próprios marcos fronteiriços. O que não pode ser perdido de vista, porém, é que uma economia dirigida pelos preços de mercado e nada além dos preços de mercado estava longe de ser a realidade da **pólis** ateniense. Finley foi mais longe que Polanyi, ao propor que um tipo de economia calcada em tais pressupostos nunca surgiu na antigüidade, já que esse período histórico nunca foi capaz de produzir um sistema econômico que fosse uma enorme conglomeração de mercados interdependentes.²² Logo, economia de mercado estaria diretamente associada com o advento e o posterior desenvolvimento do capitalismo.²³

Em vista da especificidade das sociedades pré-capitalistas, torna-se necessário (1º) controlar as possíveis generalizações e (2º) identificar relações interpessoais entre os cidadãos atenienses no período clássico.

1º. Consta-se uma forte vinculação entre o conceito de liberdade e o de auto-suficiência da **pólis** e do **polítes**. A verdadeira **eleuthería** estaria diretamente relacionada com **autarkeía**. Liberdade e auto-suficiência produziriam a **eudaimonía**, entendida não apenas como felicidade, mas como sendo capaz de proporcionar uma vida feliz a todo corpo cívico. Observa-se, assim, que **pólis** acabaria se equivalendo a **autarkeía**, já que o objetivo final da primeira seria o de alcançar a segunda. Essa relação de equivalência redimensionaria o conceito de **pólis**, transformando-o em um conjunto de bens auto-suficientes que visariam proporcionar o bem-estar dos cidadãos. Este redimensionamento sugeriria que todos os bens de um dado espaço

territorial, principalmente a terra, pertenceriam exclusivamente à comunidade dos cidadãos.²⁴ Neste caso, apenas o cidadão teria garantido o direito de propriedade, estando excluído desse direito todos os demais habitantes da **pólis**, salvo aqueles que tivessem sido agraciados por uma decisão da **ekklesia**. O espaço territorial deveria ser capaz de proporcionar a cada um dos seus cidadãos o direito de usufruir todos os bens disponíveis no interior das suas fronteiras, capacitando-os dos meios necessários para alcançarem a tão almejada auto-suficiência.

A idéia de o bem-estar ser proporcionado ao cidadão pelo espaço territorial, em oposição a sua simples existência, está presente nas obras de Aristóteles. Ela goza de um papel relevante na sua doutrina política e ética, já que ela visa demonstrar que a condição de bem-estar é a mesma que pertencer à **pólis**.²⁵ Deve ser observado, porém, que mesmo Aristóteles, que tanto insistiu na análise desse objeto como pressuposto da auto-suficiência, sendo responsável por gerar uma vida feliz, via-o como um ideal a ser alcançado por toda a comunidade póliade.²⁶

Há uma passagem no texto de Tucídides que, se acrescida aos pressupostos enunciados acima, possibilitará entrever o tipo de homem forjado no seio da cultura clássica ateniense.

“Por causa, então, da sua longa vida de independência (αὐτονόμῳ) no espaço rural (χώραν), a maioria dos atenienses, desde os tempos imemoriáveis e dos seus descendentes até o início desta guerra, por força do hábito, mesmo depois da sua união política com o espaço urbano (ξυνωκίσθησαν), continuou a viver, com suas famílias, no campo onde eles tinham nascido. Não lhes foi fácil, portanto, abandonar os lares, ainda mais porque haviam reparado pouco tempo antes os danos ocasionados pelas guerras com os persas. Deixavam para trás, abatidos e entristecidos, suas casas (οἰκίας) e seus objetos e lugares sagrados (ἱερὰ) – herdados do antigo modo de vida dos seus pais (ἐκ τῆς κατὰ τὸ ἀρχαῖον πολιτείας πάτρια) – e, ao renunciarem à sua maneira de viver, era como se cada um deles estivesse privado de sua cidade (πόλιν).”²⁷

Esta passagem se insere no momento de evacuação de uma parcela da população rural em direção à **ásty**, logo no início da guerra do Peloponeso. Ela fornece interessantes indícios sobre o modo de vida que os atenienses

levavam desde os tempos antigos, um tempo quase imemoriável. A citação fala da intimidade que a maior parte dos habitantes da Ática tinha com o espaço rural e da sua expectativa de vida ligada à terra. A colocação de Tucídides se aproxima daquela visão apresentada por Aristóteles quase um século depois. A sua diferença, ou melhor, o elemento novo que ela trás consigo é a menção feita aos objetos e lugares sagrados tão próximos dos atenienses. Tomando pois esse último elemento e acrescentando a relação entre propriedade fundiária e cidadania apresentada por Aristóteles, o cidadão ateniense da época clássica poderia ser definido como um ser social e político, que tem as suas raízes fincadas na terra, sendo movido por um forte sentimento religioso. Ele tem na família, na busca pela auto-suficiência e sobrevivência do seu οἶκος, na sua intimidade com o divino e no seu envolvimento com a esfera pública a sua base de ação e de inserção no universo político. O **polítes** ateniense seria bastante diferente daquele homem descrito por Adam Smith, segundo o qual estaria propenso para a barganha, a permuta e a troca de um bem pelo outro. Como bem observou Karl Polanyi, este tipo de ser humano seria fruto exclusivo do capitalismo, já que a sua definição seria exclusivamente econômica.²⁸

2º. A existência de relações interpessoais presentes no cotidiano clássico ateniense. A sua força motriz seriam motivações econômicas e extra-econômicas. Elas parecem estar apoiadas em duas bases distintas: (1ª) reciprocidade. Este tipo de relação perpassa os campos da amizade, da vizinhança e do parentesco. Esses campos interagem no interior dos valores de honra e vergonha;²⁹ (2ª) relações assimétricas. A ideologia democrática tendia a encobri-las, através da euforização dos princípios isonômicos. Elas podem ser percebidas nas relações entre cidadãos com estatutos socioeconômicos diferentes, sendo, pois, inseridas no âmbito da patronagem³⁰.

V. Em termos conclusivos, mais do que destacar os pontos centrais discutidos, seria interessante chamar a atenção para os resultados obtidos pelas atuais pesquisas. Elas têm levado os pesquisadores a trilhar novos caminhos, a pensar objetos até recentemente ignorados pela historiografia, tais como este que está sendo aqui proposto: as fronteiras internas atenienses no período clássico.

Bibliografia

1. Textos Antigos

- ARISTOTLE. **Politics**. London: William Heinemann, 1959.
- ARISTOTLE. **Nicomachean Ethics**. London: William Heinemann, 1990.
- PLUTARCH. **Cimon**. London: William Heinemann, vol. 2, 1968.
- P. ARISTOTE. **Constitution D'Athènes**. Paris: Les Belles Lettres, 1985.
- P. ARISTOTE. **Économique**. Paris: Les Belles Lettres, 1968.
- THUCYDIDES. **History of The Peloponnesian War**. London: William Heinemann, vol. 1, 1991.
- XENOPHON. **Oeconomicus**. London: William Heinemann, 1992.

2. Dicionário

- BAILLY, A. **Dictionnaire Grec - Français**. Paris: Hachette, 1950.

3. Trabalhos Específicos

- ANDREAU, J. (1995). Présentation: Vingt ans après L'Économie Antique de Moses I. Finley. In: **Annales** 50, 5, pp. 947-960.
- ANDREWES, A. (1984). **Greek Society**. Middlesex: Penguin.
- AUSTIN, M. e VIDAL-NAQUET, P. (1986). **Economia e Sociedade na Grécia Antiga**. Lisboa: Edições 70.
- BURFORD, A. (1993). **Land and Labor in the Greek World**. Baltimore and London: The John Hopkins University Press.
- CARDOSO, C. F. S. (2002). A Etnicidade Grega: Uma Visão a Partir de Xenofonte. In: **Phoînix** (UFRJ) 8, pp. 75 - 94.
- CHEVITARESE, A. L. (2001). **O Espaço Rural da Pólis Grega. O Caso Ateniense no Período Clássico**. Rio de Janeiro: Ed. Laboratório de História Antiga.
- DAVIES, J. K. (1998). Ancient Economies: Models and Muddles. In: Parkins, H. and Smith, C. **Trade, Traders and the Ancient City**. London: Routledge, pp. 225-256.
- DE STE. CROIX, G. E. M. (1981). **The Class Struggle in the Ancient Greek World**. London: Duckworth.

- DESCART, R. (1995). L'Économie Antique et la Cité Grecque. In: **Annales** 50, 5, pp. 961-980.
- FINLEY, M. I. (1991). **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: Graal.
- FINLEY, M. I. (1986). **A Economia Antiga**. Porto: Afrontamento, 2ªed.
- FINLEY, M. I. (1985). **A Política no Mundo Antigo**. Rio de Janeiro: Zahar.
- GALLANT, T. W. (1991). **Risk and Survival in Ancient Greek. Reconstructing the Rural Domestic Economy**. Cambridge: Cambridge University Press.
- GARNSEY, P. (1989). **Famine and Food Supply in the Graeco-Roman World**. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOLD, B. K. (1987). **Literary Patronage in Greece and Rome**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- HALL, J. (2000). **Ethnic Identity in Greek Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACDOWELL, D. M. (1993). **The Law in Classical Athens**. Ithaca: Cornell University Press, 3ªed.
- MALAGARDIS, N. (1988). Images du Monde Rural Attique à L'Époque Arcaïque. In: *Αρχαιολογική Εφημερίς* 127, pp. 95-134.
- MILLETT, P. (1996). Patronage and Its Avoidance in Classical Athens, in: WALLACE-HADRILL, W. **Patronage in Ancient Society**. London: Routledge, pp. 15-47.
- OBER, J. (1985). **Fortress Attica. Defense of The Athenian Land Frontier**. Leiden: Brill.
- OSBORNE, R. (1991). **Demos: The Discovery of Classical Attika**. Cambridge: Cambridge University Press, 4ªed.
- OSBORNE, R. (1987). **Classical Landscape with Figures: The Ancient Greek City and Its Countryside**. London: George Philip.
- PERISTIANY, J. G. (1988). **Honra e Vergonha. Valores das Sociedades Mediterrânicas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- POLANYI, K. (1976). **Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos**. Barcelona: Labor.
- POLANYI, K. (1980). **A Grande Transformação. As Origens da Nossa Época**. Rio de Janeiro: Campus.

- RIHLL, T. E. (1991). 'Εκτίμησοι: Partners in Crime? In: *The Journal of Hellenic Studies* 111, pp. 101-127.
- ROCCHI, G. D. (1988). *Frontiera e Confini nella Grecia Antica*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- WOOD, E. M. (1989). *Peasant-Citizen and Slave. The Foundations of Athenian Democracy*. London & New York: Verso.

Notas

¹ **Fronteiras Internas Atenienses. Cidade e Campo na Atenas Clássica.** Esta pesquisa conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de uma Bolsa de Produtividade em Pesquisa, na categoria 2B, concedida em setembro de 2003.

² A pesquisa de Rocchi (1988) continua sendo a principal referência historiográfica para o estudo de fronteiras na antiguidade grega. Não deve ser perdido de vista, porém, que a referida pesquisadora está exclusivamente interessada nas relações (sociais, políticas, econômicas e militares) fronteiriças interpólis.

³ O exemplo clássico é o da **pólis** de Panopéas. Conforme observa Pausânias (10.4.1) "[...] se é que alguém pode chamá-la de **pólis**, já que ela não tem edifícios públicos, ginásio, teatro, água de fonte e os seus habitantes vivem em casebres que mais parecem cabanas de montanha nas bordas de uma ravina". Para uma crítica precisa desta passagem de Pausânias, ver: Finley (1986:172).

⁴ Considera-se, neste artigo, o início do período clássico a partir da vitória obtida por Atenas na segunda guerra médica (480-479). Como já observado em outro lugar (Chevitarese, 2001:198-199), foi a partir dessa conquista, passando pela construção do império marítimo, que a **pólis** ateniense assumiu um papel de destaque no cenário sociopolítico, econômico e ideológico grego. Ela passou a exercer uma hegemonia quase incontestável nos mares Egeu e Mediterrâneo. Essa sua projeção no cenário internacional é acompanhada por uma visível opção pelo espaço urbano. É no interior desse contexto, com o papel cada vez mais destacado dos marinheiros das trieres atenienses, que devem ser inseridas as reformas políticas de Efialtes e de Pericles.

⁵ Said, E. **Orientalismo. O Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 64.

⁶ Estou de acordo que: (1) os helenos, sob o ponto de vista da etnicidade, se viam como inseridos em uma mesma cultura e se consideravam diferentes dos não-helenos; e (2) os helenos se viam como participantes de uma mesma cultura, não apenas por um jogo de oposição aos bárbaros, mas por que eram capazes de estabelecer um conjunto de elementos culturais que os particularizavam. Gostaria de enfatizar, porém, que o que me interessa aqui, neste artigo, não é uma discussão sobre etnicidade – já que a elite e os camponeses atenienses não se viam como diferentes sob o ponto de vista étnico –, mas de diferenças centradas nas questões sociais, políticas e econômicas entre atenienses que habitavam na **ásty** e na **khóra**. Seria de bom tom remeter esta discussão, caso o leitor se interesse por este problema, para os trabalhos de Hall (2000) e Ciro Cardoso (2002). Há, neste último trabalho, críticas muito bem formuladas às idéias de Hall, as quais o autor deste artigo está de pleno acordo.

⁷ A agricultura sendo a base econômica da *pólis*, ver, por exemplo: Malagardis, 1988: 96; Wood, 1989: 106; Osborne, 1987: 16; Osborne, 1991a: 142; o calendário agrícola regulando a dinâmica da sociedade ateniense, ver: Osborne, 1987: 13-16, 21, 138, 165, 172-74; a terra sendo exclusiva do cidadão, ver, por exemplo: Osborne, 1987: 142, 185; Rihll, 1991: 105; Austin e Vidal-Naquet, 1986: 99-102; Finley, 1991:92; MacDowell, 1993:133-137; Burford, 1993:24; Andrewes, 1984:97.

⁸ As lutas travadas entre ricos e pobres na época de Sólon e a organização censitária que esse legislador propôs são bons exemplos dos interesses que os ricos tinham no espaço rural e na política. Para esse aspecto, ver: P. Aristóteles, **Constituição de Atenas** 5.1-12.5; o período democrático não alterou profundamente esse quadro, ver: P. Aristóteles, **Op. Cit.** 27.3; Plutarco, **Cimon** 10.1-2; Xenofonte, **Econômico** 6.13-21.12.

⁹ Andreau, 1995:947-960; Descat, 1995:961-980; Davies, 1998:225-256.

¹⁰ **Économique**, p. VII, nota I.

¹¹ Estando completamente de acordo com Wartelle, ver: Finley, 1986: 21.

¹² Para os três últimos significados ver: Finley, 1986: 19.

¹³ *Ibidem*, 20-24.

¹⁴ *Ibidem*, 24-25.

¹⁵ Polanyi, 1976:118; Polanyi, 1980:61.

¹⁶ Finley, 1986:25.

¹⁷ Concordando teoricamente com Polanyi e Finley, ver: Austin e Vidal-Naquet, 1986: 15-31.

¹⁸ Polanyi, 1980:55, 57-60.

¹⁹ Polanyi, 1976:113, 132.

²⁰ *Ibidem*, 130.

²¹ Osborne, 1987:79, 108, 130; Wood, 1989: 108.

²² Finley, 1986:26. A inexistência de uma enorme conglomeração de mercados interdependentes pode ser explicada pelo fato de o campesinato, sendo a maioria da população políade, representar o mais baixo e o menos elástico mercado possível para a produção urbana. Esses dois fatores estão diretamente associados às restrições de concentração de renda sofridas por esse grupo social. Sobre essa questão, ver: Finley, 1986: 171-205, especialmente pp. 171-192; Wood, 1989:106, 111.

²³ Estando em concordância direta com as colocações teóricas apresentadas acima, sem que no entanto tenha se pautado nas argumentações de Karl Polanyi ou de Moses Finley, ver: Kula, W. **Problemas y Métodos de la Historia Económica**, Barcelona: Península, 3ª. ed., 1977, capítulos VI (especialmente pp. 165-167, 171, 173-75) e VII (particularmente pp. 193-95).

²⁴ Burford, 1993:16-33; Rihll, 1991:104-110, especialmente p. 105; para um aprofundamento dessa questão, incluindo exemplos advindos de textos antigos gregos, ver: Chevitaressé, 2001:150-152.

²⁵ Aristóteles, **Política** 1252b 30, 1257b 41, 1258a 1-3, 1258b 28-1253a 1, 1278b 20-29, 1280b 34-1281a 2, 1326b 4; **Ética a Nicômaco** 1097 b 9-17; **Econômico** 1343a 10.

²⁶ Ober, 1985:17; De Ste. Croix, 1989: 47.

²⁷ Tucídides, 2.16.1-2.

²⁸ Sobre as críticas ao homem descrito por Adam Smith, ver: Polanyi, 1980:59.

²⁹ Quanto à aplicabilidade do conceito de reciprocidade em sociedades pré-capitalistas, ver: Polanyi, 1980:64-65; sobre a importância que o antigo grego dava aos valores de amizade, vizinhança e parentesco, ver, por exemplo: Osborne, 1991:127-153; Gallant, 1991:144-169; quanto à importância dos valores de honra e vergonha nas sociedades mediterrâneas, ver: Peristiany, 1988, com destaque para as páginas 141-155.

³⁰ Apesar de existir uma forte resistência ao emprego de conceito patronagem no âmbito da antiguidade arcaica e clássica ateniense, a historiografia contemporânea tem oferecido interessantes análises acerca deste objeto, ver, por exemplo: Finley, 1985:54-65; Millett, 1990:15-47; quanto ao emprego de tal conceito nas relações entre os ricos e poderosos e os autores de textos literários antigos gregos, ver: Gold, 1987:15-38; para uma visão mais cautelosa, muito embora a sua aplicação não seja negada pelo autor, ver: Garnsey, 1989:84-85.